RAMIRES & CIA
AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Província de Securitização** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Província de Securitização** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Informações sobre emissão de certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários

A Companhia é requerida a divulgar informações contábeis e manter controle individual, e independente de cada um dos patrimônios separados por emissão de

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) em que foram instituídos o regime fiduciário. Adicionalmente, a Companhia também efetua a administração dos recebimentos destes ativos, bem como os pagamentos dos CRIs e CRAs em observância às suas obrigações. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, devido a quantidade elevada de patrimônios separados que são administrados pela Companhia, resultando em grande volume de registros contábeis utilizados para elaboração das demonstrações financeiras fiduciárias de cada patrimônio, existindo risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma inadequada nas demonstrações financeiras fiduciárias, bem como podendo afetar a totalidade do patrimônio da Companhia, uma vez que a mesma responderá pelos prejuízos que esta causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade do patrimônio separado.

Como foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram a realização de teste de integridade dos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios separados administrados pela Companhia, e comparação dessas informações sumarizadas com os saldos de "ativos" e "passivos", apresentados nas demonstrações financeiras fiduciárias, com o objetivo de verificar se as informações relevantes de cada patrimônio separado foram adequadamente capturadas, processadas e apresentadas nas demonstrações financeiras fiduciárias.

Efetuamos o procedimento de confirmação (circularização) dos saldos bancários junto às instituições financeiras e confirmamos se os saldos contábeis individualizados registrados nos patrimônios separados, estavam de acordo com os saldos informados nas confirmações recebidas. Examinamos os contratos de emissão de certificado de recebíveis imobiliários realizado durante o exercício corrente, de forma a verificar se o mesmo continha a cláusula que instituiu o regime fiduciário. Adicionalmente efetuamos a comparabilidade dos dados contratuais das taxas de juros, índice de atualização e prazos com a memória de cálculo do contas a receber e contas a pagar. Examinamos também os recebimentos e pagamentos em confronto com os valores efetivamente recebidos ou pagos através dos extratos bancários.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que as demonstrações financeiras fiduciárias, em atendimento ao art. 34 da ICVM n° 600 de 1° de agosto de 2018 que acrescentou o art. 25-A à ICVM n° 480 de 7 de dezembro de 2009, foram preparadas de forma adequada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da

Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com dos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis a independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, ao menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2022.

Fabio Ramires
CPF
456.246.150-00

Assinado de forma digital por Fabio Ramires CPF 456.246.150-00
Dados: 2022.02.18 16:13:00 -03'00'

Fábio Ramires da Silva
Contador Responsável
CRCRS Nº 48.428

RAMIRES & CIA – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 4.168

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia Província de Securitização, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras.

A sociedade mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 50 (cinquenta) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), com valor total de R$ 1.360.295 bi e de 2 (dois) Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com valor total de R$ 131.500 mil.

Estão ativas em 31 de dezembro de 2021, 42 (quarenta e duas) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor total de R$ 1.251.795 bi e 2 (duas) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no valor total de R$ 131.500 mil.

TIPO	EMISSÃO	SÉRIE	QTDA DE CRI	VOLUME DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO
CRI	3	4	15.100	15.100.000	08/12/2021
CRI	3	5	40.000	40.000.000	29/06/2023
CRI	3	10	15.000	15.000.000	29/04/2025
CRI	3	11	24.000	24.000.000	28/03/2025
CRI	3	12	7.000	7.000.000	29/05/2025
CRI	3	13	35.000	35.000.000	18/10/2023
CRI	3	14	25.000	25.000.000	28/08/2025
CRI	3	15	25.000	25.000.000	28/08/2025
CRI	3	16	13.500	13.500.000	28/08/2025
CRI	3	17	8.400	8.400.000	28/08/2025
CRI	3	18	13.300	13.300.000	29/09/2025
CRI	3	19	27.000	27.000.000	29/09/2026
CRI	3	20	32.400	32.400.000	17/01/2041
CRI	3	21	8.100	8.100.000	17/01/2041
CRI	3	22	37.500	37.500.000	30/10/2025
CRI	3	23	37.500	37.500.000	30/10/2025
CRI	3	24	17.600	17.600.000	30/10/2025
CRI	3	25	9.750	9.750.000	30/10/2025
CRI	3	26	10.300	10.300.000	30/12/2025
CRI	3	27	35.000	35.000.000	27/11/2025
CRI	3	28	35.000	35.000.000	27/11/2025

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

CRI	3	29	32.000	32.000.000	21/03/2041
CRI	3	30	18.270	18.270.000	26/02/2026
CRI	3	31	15.000	15.000.000	28/01/2027
CRI	3	32	6.800	6.800.000	26/02/2026
CRI	3	34	30.000	30.000.000	29/04/2026
CRI	3	35	51.000	51.000.000	04/07/2024
CRI	3	36	65.000	65.000.000	08/04/2025
CRI	3	37	6.200	6.200.000	02/10/2026
CRI	3	38	27.000	27.000.854	18/07/2041
CRI	3	39	3.000	3.003.276	18/07/2041
CRI	3	40	45.500	45.500.000	03/08/2026
CRI	3	41	56.000	56.000.000	03/08/2026
CRI	3	42	14.000	14.000.000	24/07/2025
CRI	3	43	30.000	30.000.000	28/08/2031
CRI	3	45	101.937	101.937.000	20/11/2028
CRI	3	46	25.484	25.484.000	20/09/2042
CRI	3	47	80.000	80.000.000	30/10/2041
CRI	3	48	10.150	10.150.000	30/10/2041
CRI	3	49	45.000	45.000.000	30/12/2024
CRI	3	50	90.000	90.000.000	27/11/2026
CRI	3	53	28.000	28.000.000	16/12/2026
CRA	1	1	31.500	31.500.000	29/06/2027
CRA	2	1	100.000	100.000.000	08/12/2025

A companhia apresentou no exercício de 2021 um lucro líquido de R$ 1.167.545,35 (Lucro de R$ 801.927,62 no exercício de 2020). O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.929.506,29 (R$ 872.877,25 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a Auditoria Externa realizou nos exercícios de 2021 exclusivamente o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

A T I V O

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.078.496	1.023.035
Clientes	5	-	18.777
Impostos a recuperar	6	173.666	20.342
Outros valores a receber	7	18.830	55.062
TOTAL DO CIRCULANTE		**2.270.992**	**1.117.216**
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	-	200
Depósito em caução		1.600	1.600
Imobilizado	9	15.601	2.794
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**17.201**	**4.594**
TOTAL DO ATIVO		**2.288.193**	**1.121.810**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Dividendos a pagar		112.024	1.108
Fornecedores		5.731	1.810
Obrigações trabalhistas	10	30.675	25.407
Impostos e contribuições a recolher	11	75.097	176.223
Débitos com patrimônios de afetação		-	32.816
Outras obrigações	12	135.160	11.568
TOTAL DO CIRCULANTE		**358.687**	**248.932**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital Social		820.000	820.000
Reservas de lucros			
Legal		101.289	42.912
Estatutária		1.008.217	9.966
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		**1.929.506**	**872.878**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.288.193**	**1.121.810**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA BRUTA			
Prestação de serviços		3.446.226	1.728.581
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos sobre serviços		(320.712)	(167.286)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	3.125.514	1.561.295
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Salários, encargos sociais e benefícios	17	(1.010.966)	(252.435)
Serviços de terceiros	18	(806.102)	(232.746)
Comunicações		(33.567)	-
Anúncios e publicações		(36.920)	(46.200)
Locação de salas		(43.877)	(45.037)
Cartórios		(11.525)	-
Outras despesas administrativas		(32.821)	(5.838)
Despesas indedutíveis		(18.568)	-
Resultado financeiro líquido	19	390.072	57.275
Despesas tributárias		(28.305)	(23.988)
Outras receitas/despesas operacionais		13.580	8.809
		(1.618.999)	**(540.160)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**1.506.515**	**1.021.135**
Imposto de renda	**13**	**(242.890)**	**(154.829)**
Contribuição social	**13**	**(96.080)**	**(64.378)**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.167.545**	**801.928**
Lucro por ação		1,42	0,98

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultados do exercício	1.167.545	801.928
Resultados abrangentes do exercício	**1.167.545**	**801.928**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	LUCRO/PREJ ACUMULADO	TOTAL PL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**820.000**	**2.816**	**-**	**(750.758)**	**72.058**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	801.928	801.928
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	40.096	-	(40.096)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.108)	(1.108)
Lucro a distribuir	-	-	9.966	(9.966)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**820.000**	**42.912**	**9.966**	**-**	**872.878**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.167.545	1.167.545
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	58.377	-	(58.377)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(110.917)	(110.917)
Reserva estatutária	-	-	998.251	(998.251)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**820.000**	**101.289**	**1.008.217**	**-**	**1.929.506**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeira

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o codigo EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do período	1.167.545	801.928
Ajustes que não afetam o caixa		
Depreciação	2.903	932
Ajuste do resultado de exercícios anteriores	-	-
	1.170.448	802.860
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	18.777	(6.097)
Impostos a recuperar	(153.324)	(3.630)
Outros valores a receber	36.232	127.906
Depósito em caução	-	(1.600)
Fornecedores	3.921	(6.265)
Obrigações trabalhistas	5.268	7.642
Impostos e contribuições a recolher	(101.126)	172.750
Débitos com patrimônios de afetação	(32.816)	-
Outras obrigações	123.591	11.542
	(99.477)	302.248
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**1.070.971**	**1.105.108**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(15.710)	-
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	**(15.710)**	**-**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de parte relacionada	200	-
Pagamento de empréstimo	-	(211.907)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**200**	**(211.907)**
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**1.055.461**	**893.201**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.023.035	129.834
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.078.496	1.023.035

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS		
Prestação de serviços	3.446.226	1.728.581
Outras receitas	15.555	10.714
	3.461.781	1.739.295
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia e outros	(132.473)	(53.011)
Serviços de terceiros	(806.102)	(232.746)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.523.206**	**1.453.538**
RETENÇÕES	**(2.903)**	**(932)**
Depreciação	(2.903)	(932)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**2.520.303**	**1.452.606**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	394.566	70.046
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.914.869**	**1.522.652**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Salários	720.941	165.981
Benefícios	110.229	29.849
FGTS	40.563	12.958
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e Municipal	827.220	454.128
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	43.877	45.037
Despesas bancárias	4.494	12.771
Remuneração do capital próprio		
Lucro do exercício	1.167.545	801.928
VALOR DISTRIBUIDO	**2.914.869**	**1.522.652**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em reais)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Província de Securitização foi constituída em 18/10/2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários e do agronegócio; de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e hipotecários; bem como de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") e Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs"), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio. imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou crédito; e) a realização de operações de hedge em mercados derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG) ; e g) atuar na realização da atividade de distribuição de ofertas públicas de emissões de CRI e CRA no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Instrução CVM 600 e Instrução CVM 603, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis, observadas as condições.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão de 50 (cinquenta) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R$ 1.360.295 bi e de 2 (duas) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R$ 131.500 mil.

Estão ativas em 31 de dezembro de 2021, 42 (quarenta e duas) séries Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor total de R$ 1.251.795 mil e 2 (dois) Certificados de Recebíveis do Agronegócio no valor total de R$ 131.500 mil.

TIPO	EMISSÃO	SÉRIE	QTDA DE CRI	VOLUME DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO
CRI	3	4	15.100	15.100.000	08/12/2021
CRI	3	5	40.000	40.000.000	29/06/2023
CRI	3	10	15.000	15.000.000	29/04/2025
CRI	3	11	24.000	24.000.000	28/03/2025

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o codigo EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

CRI	3	12	7.000	7.000.000	29/05/2025
CRI	3	13	35.000	35.000.000	18/10/2023
CRI	3	14	25.000	25.000.000	28/08/2025
CRI	3	15	25.000	25.000.000	28/08/2025
CRI	3	16	13.500	13.500.000	28/08/2025
CRI	3	17	8.400	8.400.000	28/08/2025
CRI	3	18	13.300	13.300.000	29/09/2025
CRI	3	19	27.000	27.000.000	29/09/2026
CRI	3	20	32.400	32.400.000	17/01/2041
CRI	3	21	8.100	8.100.000	17/01/2041
CRI	3	22	37.500	37.500.000	30/10/2025
CRI	3	23	37.500	37.500.000	30/10/2025
CRI	3	24	17.600	17.600.000	30/10/2025
CRI	3	25	9.750	9.750.000	30/10/2025
CRI	3	26	10.300	10.300.000	30/12/2025
CRI	3	27	35.000	35.000.000	27/11/2025
CRI	3	28	35.000	35.000.000	27/11/2025
CRI	3	29	32.000	32.000.000	21/03/2041
CRI	3	30	18.270	18.270.000	26/02/2026
CRI	3	31	15.000	15.000.000	28/01/2027
CRI	3	32	6.800	6.800.000	26/02/2026
CRI	3	34	30.000	30.000.000	29/04/2026
CRI	3	35	51.000	51.000.000	04/07/2024
CRI	3	36	65.000	65.000.000	08/04/2025
CRI	3	37	6.200	6.200.000	02/10/2026
CRI	3	38	27.000	27.000.854	18/07/2041
CRI	3	39	3.000	3.003.276	18/07/2041
CRI	3	40	45.500	45.500.000	03/08/2026
CRI	3	41	56.000	56.000.000	03/08/2026
CRI	3	42	14.000	14.000.000	24/07/2025
CRI	3	43	30.000	30.000.000	28/08/2031
CRI	3	45	101.937	101.937.000	20/11/2028
CRI	3	46	25.484	25.484.000	20/09/2042
CRI	3	47	80.000	80.000.000	30/10/2041
CRI	3	48	10.150	10.150.000	30/10/2041
CRI	3	49	45.000	45.000.000	30/12/2024
CRI	3	50	90.000	90.000.000	27/11/2026
CRI	3	53	28.000	28.000.000	16/12/2026
CRA	1	1	31.500	31.500.000	29/06/2027
CRA	2	1	100.000	100.000.000	08/12/2025

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o codigo EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Conforme previsto pela lei nº 9.514/97, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis as operações de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio da companhia nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da companhia, estão adequados as normas que tratam da divulgação de demonstrações financeiras independentes para as emissões de CRI e CRA e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações financeira da companhia. As demonstrações financeiras da companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da companhia.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, atualizadas pela Lei 11.638/08, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, considerando como pressuposto a continuidade de suas atividades em regime normal, sendo aprovadas pela administração em 10 de fevereiro de 2022.

Atendendo às disposições da Instrução CVM 480/09, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras da companhia e com o relatório dos auditores independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da companhia incluem, portanto, estimativas, provisões e amortização do ativo diferido. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações trimestrais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, e;

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas informações financeiras da Companhia.

Nota 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.
As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até da data base de 31 de dezembro de 2021.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes
Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.
Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração
A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

d.3 – Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e para aqueles sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240.000, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço.

2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Nota 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	1.985
Bancos conta movimento	521	608
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.077.975	1.020.442
	2.078.496	**1.023.035**

Nota 5 – CLIENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestados a receber	-	18.777
	-	**18.777**

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Nota 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
PIS – Serviços prestados	-	59
CSLL a recuperar	907	848
Saldo negativo de IRPJ	161.150	7.427
Saldo negativo de CSLL	9.494	8.792
Imposto sobre serviços a recuperar	913	2.016
Outros impostos a recuperar	1.202	1.200
	173.666	**20.432**

Nota 7 – OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores	-	2.435
Valores a receber dos CRIs	16.543	49.815
Tributos compensados a receber dos CRIs	2.287	2.812
	18.830	**55.062**

Nota 8 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

Nota 9 – IMOBILIZADO – R$ 15.601

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Saldo	Saldo

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Imobilizado	Anual	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Computadores e periféricos	20%	16.284	15.710	-	31.994
Imobilizado		**16.284**	**15.710**	**-**	**31.994**

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2021
Computadores e periféricos	20%	(13.490)	(2.903)	-	(16.393)
Depreciações		**(13.490)**	**(2.903)**	**-**	**(16.393)**
Imobilizado líquido		**2.794**	**12.807**	**-**	**15.601**

Nota 10 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O saldo de obrigações trabalhistas é assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	3.133	11.733
INSS e FGTS sobre férias a recolher	1.134	4.247
INSS e FGTS sobre folha a recolher	26.408	9.427
	75.097	**25.407**

Nota 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de imposto de renda	-	100.223
Provisão de contribuição social	30.794	43.842
COFINS, Pis e ISS a recolher	27.600	23.657
IRRF no pagamento de salários	15.619	-
Impostos retidos no pagamento de terceiros	1.084	8.501
	75.097	**176.223**

Nota 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações é assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Recebimento antecipado de custos dos Patrimônios Separados	134.681	-
Outros credores	478	11.569
	135.159	**11.569**

Nota 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 mil, no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.
As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram-se resumidas a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**1.506.515**	**1.506.515**	**1.021.135**	**1.021.135**
Adições/Exclusões	18.568	18.568	745	745
Resultado antes da compensação do prej fiscal, base de cálculo negativa	**1.525.083**	**1.525.083**	**1.021.880**	**1.021.880**
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	(457.525)	(457.525)	(306.564)	(306.564)
Resultado tributado	**1.067.558**	**1.067.558**	**715.316**	**715.316**
Imp. de renda – Alíquota 15%	(160.134)	-	(107.297)	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	(82.756)	-	(47.532)	
Contribuição social – alíquota 9%	-	(96.080)	-	(64.378)
	(242.890)	**(96.080)**	**(154.829)**	**(64.378)**

Nota 14 - PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CIVEIS E TRABALHISTAS

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

Nota 15 – PATRIMONIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social, (b) 10% será distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM no. 636 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2021. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o codigo EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Lucro(prejuízo) básico por ação	31/12/2021	31/12/2020
Numerador:		
Lucro líquido do período	1.167.545	801.928
Denominador		
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação	1,42	0,98

Nota 16 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é assim composta:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de securitização	3.446.226	1.728.581
(-) Despesa com Cofins	(137.849)	(69.143)
(-) Despesa com Pis	(22.400)	(11.236)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(160.463)	(86.908)
TOTAIS	**3.125.514**	**1.561.294**

Nota 17 – SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	(72.707)	(108.986)
Pró-labore	(522.480)	(33.741)
PLR	(72.173)	-
Bônus	(42.900)	(1.910)
Provisão de férias e 13º salário	(10.680)	(21.344)
INSS e FGTS sobre folha	(178.568)	(48.878)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(1.228)	(7.727)
Assistência médica	(67.419)	(16.307)
Programa de alimentação ao trabalhador	(42.561)	(13.542)
Vale transporte	(250)	-
TOTAIS	**(1.010.966)**	**(252.435)**

Nota 18 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	31/12/2021	31/12/2020
Contabilidade	(13.995)	(29.804)
Auditoria	(11.629)	(24.614)
Jurídicas	(35.602)	(6.786)
Assessoria e consultoria	(403.197)	(93.626)
Cetip	(43.805)	(43.583)

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Custódia	(32.637)	-
Escrituração de CRI	(62.230)	(11.730)
Informática	(88.559)	-
Outros serviços de terceiros	(114.448)	(22.603)
TOTAIS	**(806.102)**	**(232.746)**

Nota 19 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de aplicações financeiras	395.666	30.815
Outras receitas financeiras	4.626	39.231
Juros sobre títulos	-	(14)
Despesas com tarifas bancárias	(4.494)	(12.757)
Outras despesas financeiras	(5.726)	-
TOTAIS	**390.072**	**57.275**

Nota 20 – INFORMAÇÕES SOBRE EMISÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

Nota 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROVÍNCIA
Companhia Província de Securitização

entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Monica Fujii	Paulo Sérgio Marques Burato
Diretora	Contador
	CRC 1SP112455/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

Este documento foi assinado digitalmente por Monica Miuki Fujii, Paulo Sergio Marques Burato e Paulo Sergio Marques Burato.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código EED9-59A8-3CB6-341E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EED9-59A8-3CB6-341E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EED9-59A8-3CB6-341E

Hash do Documento

F7A01019FB66B7B866F4CB1546F094C4C63D9CABB35E22F38E067C1B5767A633

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/02/2022 é(são) :

- Monica Miuki Fujii (Signatário) - 075.457.968-96 em 16/02/2022 16:28 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Paulo Sérgio Marques Burato (Signatário) - 661.099.068-91 em 16/02/2022 16:16 UTC-03:00
  Nome no certificado: Paulo Sergio Marques Burato
  Tipo: Certificado Digital